PARÂMETROS DE QUALIDADE E GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Bianca Correa

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP

biancacorrea@ffclrp.usp.br

RESUMO: Em 2024 foram homologadas pelo Conselho Nacional de Educação as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil. Organizada em cinco dimensões, uma delas diz respeito à gestão democrática, tratando tanto de questões afetas às creches e pré-escolas, quanto daquelas relativas aos órgãos centrais de organização do ensino. O presente ensaio pretende analisar tal dimensão. O que destacamos é a contradição entre uma perspectiva democrática e a naturalização do atendimento via parcerias público-privadas.

Introdução

Em 2006 foram publicados os primeiros Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil no Brasil. Eles não tinham força de lei e não passaram pelo Conselho Nacional de Educação, sendo editados pela Coordenação de Educação Infantil do MEC à época. Composto por dois volumes, o primeiro apresentava concepções de educação e qualidade bastante avançadas, bem como uma perspectiva de criança como sujeito de direitos. O segundo tratava de questões de infraestrutura, com detalhes sobre a construção que os prédios de creches e pré-escolas deveriam seguir. A elaboração desse material levou dois anos e foi realizada a partir de encontros regionais com ampla participação, o que lhe conferiu um caráter democrático.

Em 2018, sob o governo de Michel Temer, os Parâmetros foram revisados e editados em apenas um volume, organizados em oito áreas focais que se destinavam aos diferentes segmentos de profissionais da Educação Infantil (EI) e das Secretarias de Educação (Santos, 2022). Participaram de sua elaboração o “Movimento pela Base”, “Todos pela Educação” e “Fundação Maria Cecília Souto Vidigal”.

No texto dos Parâmetros de 2018 fica evidente a lógica de mercado presente em seu conteúdo, pois são identificados cinco parâmetros destinados às “parcerias” com o

setor privado na oferta de vagas para a EI e dirigidos aos gestores das Secretarias Municipais de Educação, inclusive com a possibilidade de contratação de vagas em creches e escolas particulares (Santos, 2022).

A revisão do documento de 2018 tem início em 2023, quando a Coordenação Geral de Educação Infantil (Cogei) do MEC assume o compromisso com o Conselho Nacional de Educação (CNE) de promover um amplo debate para que em até um ano uma proposta fosse apresentada. Iniciam-se reuniões com pesquisadores e entidades da sociedade civil e uma consulta online é realizada em 2024. Como fruto dessa consulta, em março de 2024 novos Parâmetros são homologados pelo MEC e, com base nessa versão, em outubro de 2024 o Conselho homologa a Resolução que estabeleceu os Parâmetros Operacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil, estes com caráter mandatório. Vale dizer que também em 2024 a “Fundação Maria Cecília Souto Vidigal” foi parceira do MEC na elaboração da revisão dos Parâmetros que, por sua vez, foram a base para as Diretrizes Operacionais.

Pela primeira vez, além de Parâmetros de Qualidade publicados como um documento de orientação assinados e lançados pela Cogeí do MEC, o próprio CNE assume a tarefa de estabelecer diretrizes de caráter mandatório, ou seja, como um documento cujas orientações deverão ser seguidas por todos os estabelecimentos de EI do país, públicas e privadas, a partir de sua publicação.

Os Parâmetros estão organizados em cinco dimensões: a) gestão democrática; b) identidade e formação profissional; c) proposta pedagógica, avaliação da Educação Infantil e d) infraestrutura, edificações e materiais. Para cada dimensão são detalhados aspectos que se referem à organização do sistema de ensino, às unidades educativas e aos profissionais. Neste trabalho, vamos nos concentrar sobre a primeira dimensão.

Qualidade e gestão democrática da Educação Infantil

Quando pensamos em qualidade na EI, levamos em conta tanto o acesso, ou seja, sua dimensão quantitativa, quanto as condições de permanência. Além de serem indissociáveis do ponto de vista teórico, deve-se destacar que a vaga, mesmo em creche, foi definitivamente reconhecida como um direito público subjetivo pelo Tribunal

Superior Federal em 2022¹. Além disso, entendemos que o critério universal para a definição de qualidade na EI é o atendimento pleno daqueles direitos que são reconhecidos a todas as crianças de zero a cinco anos e 11 meses, ainda que estes direitos sejam historicamente determinados e possam vir a ser revisados (Correa, 2003). Tais direitos estão descritos em documento do final da década de 1990 e revisado em 2009 e que até hoje são atuais, tendo servido de base para a produção de muitos outros documentos na contemporaneidade, qual seja os “Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças” (Brasil, 1997-2009).

Com relação à gestão democrática, entendemos que além do que está posto em nossa legislação, que prevê a participação de docentes (LDB) e das famílias (ECA) na elaboração e acompanhamento do projeto pedagógico, também destacamos a relevância da participação da comunidade no controle social da qualidade da escola e dos mecanismos de comunicação transparentes.

Assim, quando analisamos os princípios da gestão democrática na Resolução n. 1, encontramos os elementos que se coadunam com nossa legislação e com aquilo que nossa literatura vem definindo para que ela se estabeleça (Monção, 2019; Paro, 2015). Senão, vejamos o que consta em seu artigo 4º:

Art. 4º A Gestão Democrática da Educação Infantil, realizada pelos entes federados e respectivos sistemas de ensino, fundamenta-se e efetiva-se a partir de princípios democráticos e participativos, criando instrumentos para:

I - a participação social, com a implementação de processos colegiados de tomada de decisão sobre a oferta, o atendimento e a demanda;

II - a transparência, o acesso à informação sobre o atendimento, os fluxos de divulgação das decisões, a publicização das ações e de listas de espera por vagas;

III - o diálogo com Conselhos de Educação e demais agentes de controle social, como os órgãos do sistema de Justiça;

IV - a criação e o fortalecimento de Conselhos de Escola em todas as instituições que ofertam a Educação Infantil;

V - a escuta de profissionais, familiares, comunidades e associações na elaboração dos Planos Nacional, Estaduais, Distrital e Municipais de Educação;

VI - a articulação entre governos federal, estadual, distrital e municipal e organizações representativas da sociedade civil (sindicatos, movimentos sociais, associações comunitárias etc.), visando à proposição e fortalecimento das políticas de Educação Infantil;

VII - a promoção da relação dialógica e o estabelecimento de instrumentos e canais de interação efetiva com instituições que ofertam a Educação Infantil; e

¹ Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/supremo-decide-que-oferta-de-creche-e-pre-escola-e-obrigacao-do-poder-publico/>. Acesso em: 11 fev. 2025.

VIII - o fortalecimento das relações com as famílias e comunidades (Brasil, 2024).

Já em seu artigo 5º se define que os municípios terão 200 dias a contar da publicação da Resolução para regulamentar uma série de medidas em relação à EI em suas redes ou sistemas de ensino, dentre os quais o levantamento, monitoramento e divulgação da demanda por vagas, como fruto de busca ativa da população de zero a cinco anos de idade. Tal medida é de se comemorar, uma vez que tal busca não tem sido realizada (Retrato da Educação Infantil no Brasil - Acesso e Disponibilidade de Vagas, 2024). Todavia, é no mesmo artigo 5º, em seu inciso IV, que se menciona a necessidade de se regulamentar os mecanismos para identificar, avaliar e justificar a necessidade da celebração de parcerias para o atendimento da demanda por vagas na Educação Infantil.

Conclusões

Em que pese a perspectiva democrática na elaboração dos novos Parâmetros de Equidade e Qualidade da Educação Infantil, ainda que com contradições, já que contou com a participação de fundações como a Maria Cecília Souto Vidigal, que advoga por outros ideais (Correa, 2021); apesar de apresentar avanços nas Diretrizes Operacionais, algumas das quais não foram possíveis de apresentar nos limites deste trabalho, há que se destacar que seguimos naturalizando as parcerias público-privadas como saída para o atendimento na EI. Tal atendimento, a nosso ver, não condiz com os critérios de qualidade que respeitem os direitos das crianças, uma vez que nessas instituições, por terem um custo-aluno mais baixo, elas operam em condições mais precárias (Arbigaus, 2024).

Assim, é preciso alertar para tais contradições, sob o risco de se naturalizar o atendimento em creches “parceiras”, de pior qualidade, como se esta fosse uma saída normal ou mesmo como se fosse alternativa a municípios sem recursos, quando outros estudos têm mostrado o crescimento dessa “parceria” em municípios de grande porte e destinada sobretudo ao atendimento em creches.

Referências

ARBIGAU, J. de S. **As condições de qualidade das creches públicas e privadas em Curitiba: um olhar para a igualdade de oportunidades educacionais**. 2024. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. Brasília: MEC/SEF/DPE/Coedi, 1997.

BRASIL. **Resolução n. 1 de 17 de outubro de 2024**. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil. Conselho Nacional de Educação. CNE/CEB. Brasília, 2024.

MONÇÃO, M. P. G. Educação Infantil e Gestão Democrática: desafios do cotidiano para a garantia dos direitos das crianças. **Comunicações**, Piracicaba v. 26 n. 3 p. 167-189 set.-dez. 2019.

PARO, V. H. **Diretor escolar: educador ou gerente**. São Paulo: Cortez, 2015.

SANTOS, M. F. **Questões sobre o direito à educação infantil: uma análise dos Parâmetros de qualidade reeditados em 2018**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2022.